

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Sabrina Oliveira Souza

A inclusão do aluno com cegueira no ensino regular

PONTES E LACERDA-MT

2013/1

Sabrina Oliveira Souza

Monografia de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentada ao departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Letras.

Orientador (a): Selma Albuquerque Cavalcante Kirsch

PONTES E LACERDA-MT

2013

Esta monografia foi apresentada e defendida perante a seguinte banca examinadora:

Selma Albuquerque Cavalcante Kirsch

Tereza Pazos da Silva

Manuela A. S. N. da Silva

Dedico este trabalho a minha mãe que não mediu esforços para que eu pudesse concluir este curso, me incentivando e apoiando em todos os momentos. Aos meus professores que contribuíram para esta caminhada, e a minha orientadora que esteve sempre disponível para me orientar. Ao meu esposo Adriano que me deu forças para que pudesse concluir este trabalho, e também a minha filha Ana Julia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de cursar uma faculdade e acima de tudo me dar forças para concluí-la. Agradeço a todas as pessoas que se mostraram ao longo dessa caminhada, pessoas amigas, incentivadoras, não me deixando desistir quando me sentia incapaz, como minha família, meu esposo Adriano.

Agradeço as pessoas que não mediram esforços para que este trabalho pudesse ser concluído, como minha orientadora Selma Kirsh que teve toda paciência, calma e além de tudo dedicando o pouco de tempo que lhe sobrava para responder as minhas dúvidas. Agradeço ao meu irmão Vinicius Oliveira que mesmo sendo um portador de deficiência visual, é dono de história linda de lutas e de vitórias. E por isso me chamou a atenção despertando em mim uma necessidade de entender melhor o cotidiano escolar dele em meio ao ensino regular. Sendo assim optei por elaborar meu trabalho de conclusão de curso com o tema voltado para o ensino regular especialmente no que diz respeito a alunos portadores de deficiência visual. E não menos importante, gostaria de destacar o papel da minha mãe Dirlene Martins que contribuiu e lutou para que meu irmão pudesse sempre ter seu lugar na sociedade.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
1. Inclusão: Processo histórico.....	09
1.2 Dados legislativos na perspectiva inclusiva.....	12
2. Baixa Visão.....	14
2.1 Cegueira.....	15
2.2 E agora, como alfabetizar o aluno cego.....	16
3. O sujeito cego X Família X Escola.....	21
3.1 A inclusão dentro da escola.....	23
Considerações Finais.....	27
Referencial Teórico.....	28

Introdução

O presente trabalho aborda questões ligadas ao processo de inclusão de portadores de deficiência visual em relação ao meio educacional. Estão intrinsecamente ligadas a este processo questões políticas, normativas, sociais, históricas e familiares. Tudo isso surgiu a partir do grande repercussão que este processo vem ganhando, e por isso está sendo repensado, com o objetivo de oferecer uma educação diferente. Sabemos que é preciso uma série de mudanças e adaptações para que possa ser realmente “inclusiva” a nossa educação.

Para fundamentar teoricamente este trabalho foram selecionados alguns autores sendo eles: Montoan (2010); Montan (2003); Jimenes (2009); Domingues (2010), Nunes e Lomônaco (2010), dentre outros. Além destes autores foram utilizados também documentos elaborados por instituições como o MEC/SEEP, políticas nacionais e decretos que definem e estabelecem critérios para educação inclusiva.

Para entendermos este processo foi realizada uma pesquisa elaborada a partir de um plano com 4 questões para serem analisados durante o período de observação:

1. Como o professor da sala regular e da sala de recursos interagem com o aluno cego;
2. Qual é a forma utilizada pelos professores para ensinar o aluno;
3. Como os colegas de sala reagem à presença do aluno cego na sala regular;
4. Analisar a estrutura da escola no que diz respeito ao ambiente e também a equipamentos.

O objetivo em observar estes quatros aspectos é o de analisar como, de fato, acontece o processo de inclusão nas escolas de ensino regular, se os professores estão capacitados para exercer este papel, como eles agem diante de um aluno cego, como a escola adere à inclusão no que se diz respeito à estrutura física (desde a escola como um todo até os materiais necessários). E ainda observar como a família reage perante tudo isso, se interage no ambiente escolar, como ela participa etc.

A pesquisa foi realizada através de observação para que fosse possível identificar e relatar a problemática a cerca da inclusão escolar. Sendo assim, teoricamente, o trabalho foi dividido da seguinte maneira:

O primeiro capítulo relata **o processo histórico da inclusão** e algumas leis que fundamentam a inclusão. O segundo capítulo traz informações a cerca da deficiência visual (deficiência escolhida como recorte para realização deste trabalho): **a baixa visão e a cegueira**, e ainda um subtítulo denominado **E agora, como alfabetizar um aluno cego?** apresenta algumas dúvidas, erros demonstrados pelos professores no processo de aprendizagem do aluno cego, apresenta ainda alguns métodos e matérias que podem auxiliar e ajudar o docente neste momento. E por fim no terceiro capítulo intitulado **O sujeito cego X família X escola** discuti a interação que deve haver entre estas três entidades, mas que na maioria das vezes não há. Dentro deste mesmo capítulo é apresentado o subtítulo **A inclusão dentro da escola** em que é apresentado o resultado da pesquisa, juntamente com a análise da mesma.

1. Inclusão – Processo Histórico

Para podermos compreender o processo histórico da inclusão educacional para portadores de deficiência física é necessário que tenhamos uma base de como era visto este processo e também esta sociedade há alguns atrás, e assim chegarmos ao ponto que será discutido neste trabalho, que é a inclusão nos dias atuais.

Antigamente, a sociedade relacionava as pessoas portadoras de deficiências a seres ligados a aspectos espirituais, como bruxarias, feitiços, ou seja, tudo aquilo que não condizia aos padrões religiosos. Eram considerados seres alheios a sociedade, não tendo o direito de serem inseridos a este meio;

[...] os indivíduos portadores de necessidades especiais sofreram diversas perseguições, sendo vítimas de preconceitos da sociedade da qual estavam inseridos. Esses fatos acarretaram diversas medidas estratégicas dos familiares para tentar isolar os portadores de deficiência do meio social discriminatório presente. Nos séculos XVII e XVIII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de prisões estatais. Ali ficavam junto de delinquentes, velhos, pobres. (JIMÉNEZ, 1993, apud OLIVEIRA, GARCIA. Marília Mendes, 2009, p. 15).

Algumas tribos indígenas mantinham, e algumas mantêm até hoje, rituais que pregavam que ao nascer uma criança que fosse portadora de alguma anomalia, este pequeno ser tinha de ser sacrificado, pois era visto como uma maldição.

No entanto, com o passar dos anos foram surgindo políticas públicas que viam a necessidade de fazer com que esta classe tão menosprezada tivesse a oportunidade e o direito de ser reconhecida e incluída na sociedade. Iniciando-se assim instituições organizadas para atender a esta parcela social.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007).

Com a elaboração de projetos como estes, intitulados como AEE (Atendimento Educacional Especializado) foram se formando instituições educacionais

que se delimitavam apenas a pessoas com deficiências, deixando-as alheias a um ensino que as fizessem interagir com o meio social, cultural. Como se elas fossem pessoas “anormais”, as quais deviam ser excluídas das que são consideradas “normais”.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (idem, p. 02)

Visto que este processo educacional não atende a todas as expectativas criadas ao ensino de pessoas com deficiências, foram se fazendo adaptações para que se chegasse a um resultado satisfatório, surgindo então a educação inclusiva. Que tem como finalidade, segundo a Constituição Federal de 1988, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Esta mesma lei define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) (ibidem, p. 02). Vejamos:

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: *“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001)”*.

Ao nos depararmos com leis como esta, podemos nos perguntar: Será que a nossa rede de ensino regular e especial está preparada para colocar em prática este sistema de inclusão?

Para que possamos responder a esta pergunta, é preciso saber o que de fato refere-se o termo “inclusão”. Como foi citado anteriormente, este processo vem causando grandes impactos no que se refere à educação especial no Brasil. A idéia de inclusão confronta-se diretamente com o paradigma habitual sobre o qual o ensino especial se estabelece. Segundo Montoan (2003) a inclusão defende a idéia de que é

extremamente necessário que os alunos deficientes sejam inseridos diretamente ao ensino regular, uma vez que este ensino com punho inclusivo propõe um educar no qual não há discriminação/e ou exclusão, mas métodos capazes de atender a necessidade destes alunos de forma homogênea. Ressalta ainda que o processo de inclusão atende não apenas aos portadores de deficiência, mas também a todos as classes educacionais, já que tem justamente o propósito de fazer com que haja a interação destes alunos. Para que assim possam conviver com as diferenças e passar a vê-las como algo “normal”.

O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais) (MONTAN, 2003, p. 15).

Percebemos então que a inclusão propõe a agregação dos ensinos educacionais existentes, de forma a criar um único sistema que atenda a todos. Com essa breve noção sobre o que é a inclusão, retomaremos a pergunta feita anteriormente. Será que a nossa rede de ensino regular e especial brasileira está preparada para colocar em prática este sistema de inclusão?

Segundo Montan (2003) a educação escolar no Brasil tem ainda um caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador. A proposta de se incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem se chocado com o conservadorismo de nossas escolas e com uma cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial. E as medidas tomadas para soluções destes problemas, não atingem o que deveriam atingir, ou seja, não buscam saber o porquê destes acontecimentos, mas insistem em deixar a culpa para o aluno. E acabam esquecendo-se de analisar os seus métodos de ensino, se estes métodos estão capacitados para atenderem às necessidades de cada aluno, como se esta análise não fizesse parte do papel das instituições educacionais.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (Ropoli et al, 2010, p. 11)

Com isso, notamos que as escolas, juntamente com todo seu corpo docente precisam rever seus conceitos e procedimentos perante a classe estudantil. Deixar de lado o método “exclusivo”, e buscar um meio de “incluir” os alunos que apresentam dificuldades e necessidades especiais, para que a partir disso consigam por em prática os conceitos que a inclusão propõe, alcançando um ensino de qualidade e consequentemente construir uma sociedade interacional.

1.2 Dados legislativos na perspectiva inclusiva

O processo de inclusão educacional para portadores de deficiências e necessidades especiais passou por diversos momentos históricos e políticos, e, nos últimos tempos se formou uma série de leis que a fundamentam. Por isso, é essencial que exponhamos alguns pontos que constitui este processo democratizatório.

Destacamos, então, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual foi publicada em 1994, tendo como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007).

É notável a importância existente na elaboração de leis como estas, facilitando a execução das mesmas. Mas o que nos desaponta é o fato que apesar de

muitas destas existirem no papel, ainda não fazem parte da nossa realidade. Podemos destacar a formação dos docentes, pois é evidente que a maioria não possui uma formação adequada para lidar com alunos portadores de deficiências seja física ou mental. E por não terem esta capacitação acabam deixando estes alunos de lado, resultando mais uma vez na exclusão, ou até mesmo na evasão escolar. Infelizmente o ensino superior ainda não está preparado para oferecer aos professores uma formação que cesse estas falhas que acarretam tantas conseqüências.

Notamos que é necessário proporcionar ao educador, que trabalha com a Educação Especial, uma visão biomédica, psicológica e psicossocial do desenvolvimento e da aprendizagem. A escola precisa reformular toda sua organização interna para poder identificar e ter uma melhor compreensão da legislação que abrange o processo formativo na rede regular de ensino, reconhecendo e colocando em prática certezas em relação à leis que objetiva a educação básica adequada, que é a base para fortalecer níveis superiores de educação e ensino, proporcionando uma visão abrangente para as futuras gerações (JIMÉNEZ, apud OLIVEIRA et al, 2009, p. 19).

Isto nos mostra que apesar dos avanços na legislação, é visível que ainda é preciso haver uma série de modificações tanto políticas, estruturais, educacionais para que seja possível a existência de um corpo docente capacitado para suprir as necessidades existentes no ensino especializado.

2. Baixa Visão

Quando nos referimos a pessoas com deficiência visual estamos falando não apenas daquelas que são cegas, mas também à aquelas que possuem baixa visão. Para que uma pessoa seja considerada baixa visão ela deve apresentar algumas alterações no campo visual, bem como dificuldade em enxergar de perto ou longe, dificuldade em distinguir as cores, na percepção de contraste, dentre outros aspectos. Esta deficiência causa a disfunção visual, sem que haja um modo de ser curada, seja com o uso de lentes de contato, óculos ou cirurgias. A baixa visão pode ser causada por inúmeras doenças como a retinopatia de prematuridade, a retinocoroidite macular, toxoplasmose, albinismo, a catarata congênita, a retinose pigmentar, a atrofia óptica, o glaucoma. No que diz respeito aos os números, segundo leis, um baixa visão enxerga até 60 graus em ambos os olhos, o que equivale a 05% a 25% da capacidade visual de um indivíduo.

A baixa visão nos primeiros anos de vida pode até passar despercebida, uma vez que, a criança até certa idade não possui uma coordenação motora e visual muito acentuada. Quando estas crianças são inseridas no âmbito escolar se torna mais fácil de identificar o problema, já que elas mostram alguns indícios. Segundo Celma Domingues, Silvia Carvalho e Sonia Arruda em seu livro **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar – Os alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira** é possível, que nós docentes, possamos perceber estes indícios dentro da sala de aula, a partir dos seguintes acontecimentos:

- Olhos vermelhos; lacrimejamento durante ou após esforço ocular; piscar continuamente; visão dupla e embaçada; movimentar continuamente os olhos;
- Dificuldades para enxergar a lousa; aproximar demais os olhos para ver figuras ou objetos e para ler ou escrever textos;
- Sensibilidade à luz; dores de cabeça; tonturas; náuseas;
- Aproximar-se muito para assistir televisão; tropeçar ou esbarrar em pessoas ou objetos; ter cautela excessiva ao andar; esquivar-se de brincadeiras ou de jogos ao ar livre; dispensar a atenção (2010, p. 09)

É fundamental que o docente identifique esses aspectos e, se identificar, deve pedir o encaminhamento do aluno a um especialista, para que possa ser identificado o problema e se for constatada a baixa visão é preciso que o professor estimule este aluno a desenvolver a sua capacidade visual ao invés de deixá-lo de lado por possuir a deficiência (este assunto discutiremos no decorrer deste trabalho).

2.1 Cegueira

Primeiramente, se torna necessário esclarecermos qual é o termo correto para nos referirmos às pessoas portadoras da cegueira. Qual seria a forma correta para nos referirmos as pessoas com problemas de visão: deficiente visual, pessoa com deficiência visual, pessoa cega ou cego? Bem, todos estes termos estão dentro do contexto, mas na maioria das vezes nós ficamos com receio de nos dirigir a um deficiente e usarmos um termo “errado”, sendo assim para que não tenhamos mais dúvidas o correto é chama-los de “cego”.

Outra dúvida é quando uma pessoa é cega ou baixa visão. Como já explicitamos no item acima as pessoas com baixa visão são aquelas que enxergam entre 05% à 25% em ambos os olhos, já os cegos possuem até 05% da visão funcional em ambos os olhos. Existem dois tipos de cegueira, a congênita que ocorre durante o período de gestação que pode ser causada pelas seguintes patologias: rubéola toxoplasmose ou sífilis. Além destas causas é possível portar a cegueira através das seguintes doenças: miopia estrabismo, astigmatismo, amblíope, hipermetropia. É importante frisarmos que estas doenças podem causar não apenas a cegueira como diversas outras consequências. Já a cegueira adventícia pode ser adquirida ao longo da vida seja por doenças ou por ferimentos, vazamentos nos olhos, perfurações ou traumatismo (SÁ, et al, 2010, p. 26-27).

2.2 E agora, como alfabetizar um aluno cego?

Uma das fases primordiais de uma criança, que refletirá em todo seu futuro, é o período de alfabetização. Por se tratar de algo tão importante, requer que o docente procure metodologias que possam atender às especificidades de cada aluno, para que assim possa obter um bom resultado. Mas é possível que apesar do esforço do professor alguns alunos não consigam aprender a ler e a escrever. Diante disto, o docente acaba sentindo-se como se não houvesse cumprido o seu papel de educador, agora imagine como estes mesmos professores se sentem diante de um aluno portador de cegueira, o qual eles tem que alfabetizar. Sabemos que esta função, quando delegada a um professor de escolar regular, não é fácil, mas apesar disto, é possível. É fundamental que as pessoas entendam que o papel de alfabetizador de pessoas com deficiências não está ligada unicamente ao AEE, o professor da sala regular também pode e deve cumprir este papel. Claro que o método utilizado para alfabetizar um cego é bem diferente do usual, mas é imprescindível que essa diferença não seja compreendida pelo professor como uma dificuldade do aluno cego a aprender, o que não exclui a possibilidade do aluno cego, assim como do vidente, de apresentar dificuldades no aprendizado.

Domingues, Carvalho e Arruda (2010) afirmam que crianças com cegueira possuem a audição, o tato e a linguagem como vias de aprendizagem e conhecimento.

O desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, táteis e de linguagem, sobretudo entre crianças com cegueira congênita, desempenha um papel muito importante para o processo de construção do conhecimento, o que envolve os seguintes aspectos: convívio com familiares, crianças, adultos, educadores e com outras pessoas que fazem parte de seu contexto social; inserção em um ambiente encorajador que estimule a experiência de exploração tátil e o contato com a escrita Braille; participação em atividades ricas e variadas que incentivem a leitura e a escrita; e condições de acesso ao material de leitura e demais informações procedentes do ambiente familiar, social e escolar (p. 36).

A maioria de nós, temos arraigados o desejo pela linguagem e pela escrita, pois desde o nascimento vivenciamos estes aspectos. E o portador da cegueira não é diferente disto, o que se torna diferente é o meio que utilizaram para colocar em prática, exclusivamente a escrita. Como sabemos o Braille é o sistema de escrita utilizada por pessoas cegas, o qual foi criado por Luis Braille. Este sistema é constituído por 64 sinais em relevo cuja combinação representa as letras do alfabeto, os números, as vogais acentuadas, a pontuação, as notas musicais, os símbolos matemáticos e outros sinais

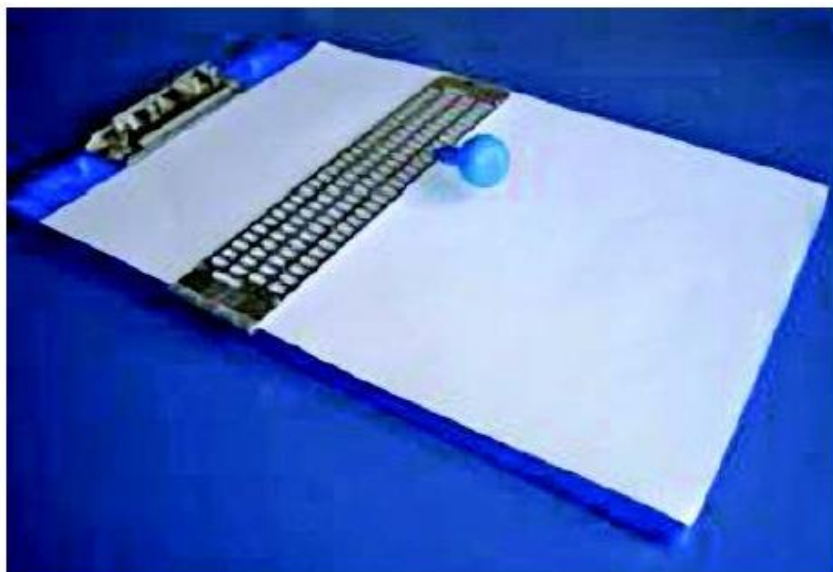
gráficos. Baseia-se em uma matriz ou símbolo gerador, a cela Braille, constituída por seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais, com três pontos à esquerda (pontos 1, 2 e 3) e três à direita (4,5 e 6), ordenados de cima para baixo. A disposição dos pontos na cela gera uma variedade de configurações específicas para representar o alfabeto e a grafia Braille aplicada a todas as áreas do conhecimento (Domingues, et al, 2010, p. 47-48). O sistema Braille é constituído da seguinte maneira:

Alfabeto Braille (Leitura) Disposição Universal dos 63 Sinais Simples do Sistema Braille										
1ª série - série superior - utiliza os pontos superiores 1245	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
2ª série é resultante da adição do ponto 3 a cada um dos sinais da 1ª série	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
3ª série é resultante da adição do pontos 3 e 6 aos sinais da 1ª série	u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
4ª série é resultante da adição do ponto 6 aos sinais da 1ª série	â	ê	î	ô	ù	à	ñ/ï	û	õ	ö/w
5ª série é formada pelos sinais da 1ª série posicionados na parte inferior da cela	*	:	:	Sinal Desenho	?	!	=	« »	« »	o (grau)
6ª série é formada com a combinação dos pontos 3456	í	ā	ó	Sinal de Alg.	Ponto Final ou Apóstrofo - (reito)					
7ª série é formada por sinais que utilizam os pontos da coluna direita da cela (456)	(4)	(45)		(5)	Sinal de Matemática	\$	(6)			

1. Figura extraída do Livro **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar – Os alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira**.

Existem vários tipos de materiais utilizados para escrever em Braille, o suporte manual para a escrita Braille é uma reglete com um punção. A reglete é uma régua de plástico ou de metal, constituída por um conjunto de celas vazadas, dispostas horizontalmente em linhas paralelas, ajustada a uma base retangular compacta. O punção é uma haste de madeira ou de plástico com ponta de metal, em diversos

formatos, usado para a perfuração dos pontos nas celas Braille (Domingues, et al, 2010, p. 49).



2. Figura de uma reglete extraída do Livro **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar – Os alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira.**

Outro suporte manual usado por cegos para fazer contas matemáticas é o sorobã, o mesmo é dividido ao meio, um dos lados possui apenas uma bola em cada eixo, e o outro com cinco bolas cada. E na divisória do sorobã encontramos um ponto em cada eixo que delimitam a unidade, dezena, centena, etc.



3. Figura do sorobã

Extraída do site intervox.nce.ufrj.br

Temos também a máquina de escrever em Braille, constituída por seis teclas, correspondendo as da reglete, e ainda uma tecla para dar espaço e outra para manobrar a folha de papel. Este equipamento facilita e muito a escrita em Braille, uma vez que se torna bem mais rápido e menos cansativo o processo de escrita. Hoje em dia

existem impressoras que imprimem em Braille, facilitando a vida dos alunos cegos quanto dos próprios professores.



4.Figura de uma máquina de escrever em Braille extraída do Livro **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar – Os alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira.**

Mesmo conhecendo todos estes equipamentos da escrita em Braille, alguns até com tecnologia bastante avançada, sabemos que eles não são suficientes para resolverem os problemas enfrentados pelos professores na hora de alfabetizar um aluno cego, já que eles nem ao menos conhecem a escrita em Braille. Monte Alegre (2003) apud Nunes e Lomônaco (2010):

[...] constatou a falta de apoio especializado nas escolas comuns – ditas “inclusivas” –, tanto pela falta de materiais e recursos para o trabalho com as crianças cegas, quanto pela falta de preparo dos docentes da sala de aula comum, o que leva a um trabalho pedagógico técnico, espontaneísta e muitas vezes inadequado por não dar conta das necessidades do aluno cego. As professoras da sala comum de alunos com deficiência visual demonstraram incertezas sobre como lidar com esses alunos e desconhecimento dos materiais adaptados para o cego (p. 60).

Todos estes fatores contribuem para que o aluno acabe saindo prejudicado, já que o professor por não saber como lidar com este aluno poderá não conseguir ensiná-lo ou até mesmo deixá-lo de lado, às vezes, não por intenção, mas por medo de interagir com o aluno, ignorando a sua capacidade de apreender.

Tanto a alfabetização quanto o ensino do aluno cego em qualquer estágio escolar requer um cuidado especial do professor seja da sala comum ou da sala de recursos, uma vez que:

o aluno cego, em sua vida escolar, necessita de materiais adaptados que sejam adequados ao conhecimento tátil-cinestésico, auditivo, olfativo e

gustativo – em especial materiais gráficos táteis e o braille. A adequação de materiais tem o objetivo de garantir o acesso às mesmas informações que as outras crianças têm, para que a criança cega não esteja em desvantagem em relação aos seus pares (NUNES, et al, 2010, p. 60).

No entanto, existem diversos meios que o professor pode utilizar para fazer com que o educando cego possa ser incluído em todas as atividades feitas pelos alunos videntes, por exemplo, para ajudar o aluno cego que está sendo alfabetizado. Pode-se usar tampinhas de garrafas peti coladas em um papelão, seguindo a mesma ordem da escrita em Braille, e para simular os pontos que são feitos pela pulsão utilizar bolinhas de gude. O uso de coisas utilizadas do dia-a-dia para ensinar também se torna uma maneira útil e agradável para o aluno, muitas caixas de remédios e de outros produtos, por exemplo, já vêm com a escrita em Braille. Deve-se incluir o aluno cego, principalmente, na hora das brincadeiras, seguindo sempre os mesmos métodos, adaptando as brincadeiras para que o aluno cego possa participar ativamente, sentindo-se assim incluído.

3. O sujeito Cego X Família X Escola:

A inclusão escolar deve acontecer por meio da interação de três entidades: o sujeito, a escola e a família, quando não existe esta interação homogeneizada fica difícil dizer que há inclusão. Para entender esta interação, se torna necessário rever cada uma destas entidades separadamente. O cego, na maioria das vezes, é visto como uma pessoa impossibilitada de fazer muitas atividades, como: brincar, se vestir, comer sozinha, enfim de ter uma vida normal. Sá e Simão (2010) citam outras crenças a respeito das pessoas cegas:

Uma crença muito comum entre leigos e educadores é a de que todas as pessoas com cegueira têm uma memória extraordinária. Acredita-se que a falta da visão é compensada por uma grande capacidade de armazenar na memória números, dados, esquemas, referências e outras informações. Com efeito, espera-se que estas pessoas sejam excelentes ouvintes, capazes de apreender pela oralização e memorização (p. 26).

É importante ressaltarmos que os cegos são pessoas normais, com os mesmos defeitos e qualidades, com a mesma capacidade de aprendizado que um vidente, portanto esta visão que se tem acerca destas pessoas é extremamente equivocada. O que não quer dizer que um cego não possa ser excelente no que faz.

Para quebrar estes paradigmas é preciso que a escola, a sociedade e a família estejam aptas e empenhadas em trabalharem juntas. O principal papel que esta tríptica deve cumprir é lutar em prol a inclusão. Sabemos que esta luta não é algo fácil de ganhar, mas não é impossível. A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (Ropoli, et al., 2010, p. 8-9).

Para atender a todos e atender melhor, a escola atual tem de mudar, e a tarefa de mudar a escola exige trabalho em muitas frentes. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico - PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática (Ropoli, et al, 2010, p. 10). E para que isso de fato aconteça, vale ressaltar, que toda a comunidade esteja envolvida e

empenhada neste processo, não apenas os que trabalham dentro da escola, mas também aqueles que estão envolvidos, como por exemplo, os pais, a família em si. Entrando neste contexto torna-se necessário discutirmos o papel da família em meio a tudo isso, e até mesmo na relação da família diante do portador de deficiência visual.

O intuito do pai ou da mãe é superproteger o seu filho em qualquer que seja a situação, este sentimento é criado mesmo com o bebê ainda dentro da barriga da mãe. Imaginem o quanto é difícil para os pais de um cego o quanto é difícil eles entenderem e deixarem que seu filho se torne independente, que seja capaz de andar, brincar, sair sozinhos. A mesma preocupação eles possuem na hora de levar o seu filho para escola, quando levam, porque alguns, na tentativa de proteger o seu filho acabam não levando. Não percebendo o quanto esta privação vai refletir no futuro de seus filhos.

O deficiente, seja qual for a deficiência, deve frequentar a escola, isto é fundamental na vida deles, para sua independência, sua socialização. Os pais devem se conscientizar disto e lutarem para que os seus filhos sejam incluídos, não apenas indo para escola, mas lutar para que suas necessidades e especificidades sejam atendidas. Montoan (2003) afirma que:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiência, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (p. 35).

Os pais, mais do que um professor, um diretor, devem exigir o melhor para seus filhos, por isso, devem participar ativamente de todas as atividades da escola, investigar sempre como está sendo realizado o ensino de seu filho, se de fato ele está aprendendo, buscar auxílios junto aos órgãos públicos, para que algo seja feito.

Portanto é preciso que tanto o cego, quanto a família e a escola estejam dispostos a enfrentarem os obstáculos que ainda existem em relação a inclusão. Se não houver esta interação e interesse dificilmente teremos uma escola à qual realmente poderemos chamar de “escola inclusiva”.

3.1 A inclusão dentro da Escola

O assunto trabalhado aqui é a inclusão de alunos com deficiência visual, especificamente a cegueira, na escola de ensino regular, no entanto, torna-se necessário observar de perto como ocorre este processo dentro da escola. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa em uma escola Estadual no município de Pontes e Lacerda-MT com dois professores, um do ensino regular e o outro da sala de recursos.

Para a realização deste trabalho foi elaborado um plano com 4 questões para serem analisados durante o período de observação:

1. Como o professor da sala regular e da sala de recursos interagem com o aluno cego;
2. Qual é a forma utilizada pelos professores para ensinarem o aluno;
3. Como os colegas de sala reagem à presença do aluno cego na sala regular;
4. Analisar a estrutura da escola no que se diz respeito ao ambiente e também a equipamentos.

Com o intuito de preservar a identidade das pessoas participantes desta pesquisa vamos identifica-las da seguinte maneira o professor da sala de ensino regular será chamado de professor ‘A’ , o professor da sala de recursos de professor “B” e o aluno apenas de “Aluno”.

Como foi citado acima, a pesquisa ocorreu em uma escola pública e teve duração de 3 (três) dias. Neste período tive a oportunidade de acompanhar um aluno de 7 anos que ficou cego aos 2 anos de idade devido a um câncer. Ele começou a frequentar a escola este ano, portanto, está passando pelo período de alfabetização, o aluno estuda no período matutino, frequentando a sala de recursos e a sala de ensino regular. No período das 7h às 9h30min ele participa do ensino especializado e das 9h e 30min às 11h frequenta o ensino regular. Em ambos os períodos o “Aluno” possui um comportamento agressivo, desrespeitoso com os professores e os colegas. Além de não admitir em momento algum que é cego e não usar a bengala, fator que acaba fazendo com que ele esbarre, tropique em tudo.

Ao observar a sala de aula, levando em conta os critérios selecionados, em relação à professora “A”, percebi o quanto ela é uma profissional, mantém um

relacionamento estável e amigável com seus alunos, mas se mostra a todo tempo apreensiva ao lidar com o “Aluno”, pelo fato da sua cegueira e também pelo seu temperamento difícil. Em um dos dias que observei a sala, a professora “A”, estudando as figuras geométricas com a turma, pediu para que a professora “B” montasse uma atividade em alto relevo, feita de E.V.A, para que o “Aluno” pudesse ter acesso ao mesmo conteúdo que os outros alunos, mas ele insistiu que não queria participar da atividade por ser diferente do restante da sala, o que dificulta e muito o trabalho da professora e acaba gerando a falta de interesse do professor em buscar conhecer novas maneiras para lidar com a situação. Ainda mais pelo fato da mesma não conhecer a cegueira, e por consequência os métodos que devem ser utilizados com os alunos portadores desta deficiência.

No entanto, se o professor não está preparado, ele pode demorar a perceber (se vier a perceber) a capacidade de seu aluno cego e, com isso, desperdiçar um precioso tempo da vida desse aluno, o que não ocorreria se o professor já tivesse em sua formação um contato e uma reflexão sobre a deficiência visual (Nunes, et al, 2010, p. 60).

Em conversa com a professora “A” ela relatou que não se sente apta a atender as necessidades deste aluno, não conhece a escrita em Braille o que impossibilita qualquer trabalho, seja na área que for. E mesmo com aqueles que possibilitam a adaptação, ele diz ter dificuldade em montar. Em relação ao restante da classe, eles se mostram apáticos à presença do “Aluno”, já que ele é inquieto e não demonstra muito interesse. Já que a professora tem muita dificuldade em lidar com este aluno, busquei saber porque ele não possui um acompanhante, e então me foi informado que a direção da escola procurou a Seduc (Secretária de Educação) e o órgão alegou que as pessoas com deficiência visual não necessitam de acompanhamento direto, pois a deficiência não os impossibilita de aprender de forma igualitário nem de ter acesso a todos os ambientes da escola.

Na sala de ensino especializado percebi que o aluno tem total apoio da professora responsável pelo seu atendimento, uma vez que, ela dispõe o seu tempo integralmente a este aluno, no período em que ele se encontra na sala de recursos. Em conversa com a professora “B”, ela relatou a sua dificuldade em lidar com um aluno cego no início da alfabetização, principalmente por não ter preparo para lidar com esta situação, como por exemplo, o braile. Para realizar a alfabetização de um aluno cego é fundamental saber o braile, mas 99% dos professores não sabem o braile, como foi citado acima. Diante disso a professora afirma pesquisar, montar atividades que

estimulem a aprendizagem do aluno, e até mesmo aprender o braile para poder ajudar e suprir as necessidades deste aluno.

O que me chamou a atenção foi o método utilizado pela professora “B” para ensinar o braile para o aluno de uma maneira que chamasse a atenção do aluno, ela montou um bonequinho e neste bonequinho colou seis tampinhas de garrafas peti, em duas filas com três cada, uma bem junta a outra, simulando a escrita Braille pegou seis bolinhas de gude e a cada letra do alfabeto ou numero, utilizada as bolinhas como se fossem os furos feitos pelo pulsão na reglete. Observando a sala de recursos notei que a sala esta bem equipada, computadores com programa de áudio, impressora que imprime em braile (apesar de ainda não estar montada), regléte, pulsão, soroban, papel próprio para braile, livros em braile, papel em E.V.A que possibilita fazer trabalhos em alto relevo, lente de aumento, computadores com programas de áudio, dentre outros materiais. Mas diante de tudo que vimos até aqui, do que adiantam tantas máquinas e materiais se os professores não sabem manusear? O interessante é que o “Aluno” apesar de frequentar as duas salas, se mostrou bem mais interessado na sala de recurso.

Já a estrutura da escola não está totalmente adaptada para recepcionar alunos com deficiências, principalmente a deficiência visual. A escola apesar de possuir rampas, ser toda calçada, não possui piso tátil, as rampas são muito altas e não tem corrimão. Bersch, Sartoretto e Giacomini (2010) nos dão algumas dicas em como ajudar um cego ou baixa visão a se locomover em um ambiente:

Importante lembrar que precisamos usar sempre todos os sentidos remanescentes da criança, pois eles são fundamentais na aprendizagem. A meta fundamental do ensino de orientação e mobilidade é que as pessoas com deficiência visual possam deslocar-se sem medo e com a maior independência possível. Às pessoas com deficiência visual também deverá ser dada a oportunidade de explorar os ambientes e de formar suas próprias referências. Como elas enxergam pouco (baixa visão) ou não enxergam (cegas), devem ser auxiliadas nesse processo de orientação espacial e de conhecimento de todos os espaços da escola para que, o mais rapidamente possível, se sintam seguras e possam se movimentar neles sozinhas (p. 10).

Outro aspecto que vale ressaltar e que é muito importante na escola, ou em qualquer ambiente frequentando por uma pessoa cega é manter sempre os móveis no mesmo lugar, ou caso haja a mudança é preciso avisar e mostrar o ambiente novo.

O “Aluno” diante das condições estruturais da escola e também pela sua teimosia enfrenta algumas dificuldades na hora de se locomover, principalmente pelo

fato de não usar a bengala, já que afirma que não é cego. Apesar destas dificuldades ele não deixa de explorar todos os ambientes da escola, mas está sempre batendo nas paredes nos objetos e caindo.

Entre a falta de conhecimento por parte dos professores e a estrutura deficiente da escola o que me chamou bastante a atenção foi o comportamento e as atitudes do “Aluno”. A família com o intuito de proteger este menino, acabou esquecendo que além da deficiência ele é uma pessoa comum, que precisa de limites e educação. Apesar disto a família atende a todos os chamados da escola.

Considerações Finais

Através da realização desta pesquisa pude comprovar tudo aquilo que tinha em mente, infelizmente quando lemos os decretos, as leis, nos deparamos com coisas muito bonitas, sem nada que precise acrescentar. Mas quando vamos ver a realidade das nossas escolas vemos o quanto ainda falta para que possamos afirmar que existem escolas inclusivas.

Os professores não possuem formação específica para lidarem com alunos deficientes visuais, as escolas não possuem estrutura física para recepcionar estes alunos, nem materiais adequados e suficientes. E todos estes fatores dificultam a aprendizagem dos alunos. Mas vale ressaltar a preocupação dos professores em se capacitar, em aprender sobre a doença, para que possam levar o conhecimento de uma forma digna e suficiente para seus educandos.

A inclusão deve ser colocada em pauta, não somente, com o intuito de inserir um aluno com deficiência no ensino regular, mas deve ser começada a partir da formação dos professores, isso implicará tanto na vida do professor quanto na do próprio aluno.

Outro aspecto extremamente relevante é a família, se o professor para atender bem seu aluno precisa se capacitar a família também tem que cumprir o seu papel e primeiramente se conscientizar que seu filho, apesar de possuir uma deficiência, tem de levar uma vida normal dentro das suas limitações e conscientizar e educar a criança em relação à doença, sem menosprezá-lo. Assim facilitará a vida de todos que o rodeiam.

Referencias Teóricas

BERSCH, Rita. SARTORETTO, Mara Lúcia. GIACOMINI, Lilia. **Orientação Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial.** _____, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, p. 1-3, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos - DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. SÁ, Elizabet Dias de. CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de. ARRUDA, Sônia Maria Chadi de Paula. SIMÃO, Valdirene Stiegler. **Os Alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira** “In” A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

MELO, Amanda Meincke e PUPO, Deise Tallarico. **Livro Acessível e Informática Acessível** “In” A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar, O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo, SP: Moderna, 2003.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola – por uma escola das diferenças.** São Paulo: Moderna, 2010.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 1, p. 55-64, 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A Escola Comum Inclusiva** “In” A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia.. **Recursos Pedagógicos Acessíveis e comunicação Aumentativa e Alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.